

PAPÁS "MULTIBANCO" OU VINCULAÇÃO VERSUS AFILIAÇÃO

(Alguns pequenos contributos para uma reflexão sobre estes conceitos)

(2006)

Victor Cerqueira

Licenciado pela Universidade de Coimbra e Pós-graduado pelo IPAF - Lisboa
A exercer clínica privada

Email:

avcerqueira1@gmail.com

RESUMO

Este artigo prende-se com a relação entre Pais e filhos, tendo em conta nomeadamente os conceitos de vinculação versus afiliação. A estes conceitos é associada a evolução social de Portugal e as eventuais consequências da passagem do "carro de bois" para o "Mercedes" nos últimos trinta anos.

Palavras-chave: Multibanco, afiliação, vinculação, amigos, amor

De forma a situar psicologicamente e socialmente a vinculação e a afiliação será de todo conveniente que se faça, em primeiro lugar, um quadro mais ou menos explicativo da tipologia de aprovisionamento social para o qual chamo a vossa atenção.

A TIPOLOGIA DO APROVISIONAMENTO¹ SOCIAL

Valorizando a dimensão de conteúdo da relação, tal como apontada por Hinde (1979), Weisse (1986) descreveu seis tipos de relações de suporte social, conhecidas na literatura como tipologia do aprovisionamento social. E tal como Weisse o fez, será referida de forma breve:

¹ Aprovisionamento: acto ou efeito de aprovisionar; abastecimento. Aprovisionar: munir de provisões; prover; abastecer. Dicionário Universal, Texto Editora, Lisboa 2001.

1. **Vinculação.** Este tipo de relação é caracterizado com base na segurança sentida na presença da pessoa a quem o indivíduo está vinculado, de acordo com o teorizado por Bowlby (1980, 1973, 1982)
2. **Afiliação.** A base deste padrão é o reconhecimento de interesses e situações partilhados. Desta partilha podem desenvolver-se sentimentos de afeição, respeito e lealdade. (Sublinhado meu)
3. **Fornecimento de ajuda.** Este tipo de relação baseia-se no sentido do compromisso, investimento, responsabilidade (ou desejo dessa responsabilidade) para com quem se percebe como sendo mais fraco ou necessitado. Existe, assim, investimento no bem-estar do outro.
4. **Colaboração.** Este relacionamento caracteriza-se por um compromisso partilhado com vista a atingir um determinado objectivo. O outro é percebido como um colega ou um parceiro com quem se conjugam esforços. Associado a esta relação está o respeito mútuo, ao qual poderemos encontrar ligados sentimentos de dignidade pessoal.
5. **Aliança persistente.** Este é um tipo de relação baseado em sentimentos de identificação, independentemente de objectivos. Encontram-se habitualmente presentes sentimentos de obrigação de ajudar o outro, direito de ser ajudado pelo outro quando necessário e a sensação de "vida em permanente associação". Parece ser este o tipo de relação que mantém os laços de parentesco, sendo igualmente uma das formas de relacionamento presentes no casamento e aquele que os grupos comunitários tendem a criar.
6. **Obtenção de ajuda.** Esta é uma relação com alguém percebido como mais sabedor e sensato, que é procurado como fonte de apoio e orientação.

Canavarro, (1999)

Neste trabalho vai ser reflectida a relação entre dois aspectos da tipologia social; a **vinculação e a afiliação** tendo em conta as seguintes interrogações:

- a) Uma anula a outra? São complementares?
- b) Onde acaba uma e começa a outra?
- c) A vinculação é só uma relação de "apego" segurança ou também poderá ser de poder entre alguém (que aceita e deseja esse poder porque lhe dá segurança) e um outro?
- d) Onde acaba o processo de vinculação e começa um processo de sobreprotecção?

- e) Esta linha de transição de um processo para o outro pode ser determinada?
- f) Como?

«A energia que o homem e a mulher dedicam à produção de bens materiais aparece quantificada em todos os nossos índices económicos. A energia que um homem e uma mulher dedicam à produção, na sua própria casa, de filhos felizes, saudáveis e seguros de si mesmos, não conta para nada. Criamos um mundo ao contrário.»

Bowlby, J. 1988

Na verdade, quase tudo na vida dos nossos dias está quantificado e dependendo do dinheiro, ou se me é permitido desse cartão "maravilhoso" que se chama MULTIBANCO. Reparemos; o que é que querem os nossos filhos? "Curtir" a vida, logo... multibanco. E os Pais? Dar tudo aos filhos, logo... multibanco!? Continuando assim num processo de reprodução do consumo, quase imparável, de bens que, cada vez mais, se associa à felicidade e, sem o qual (consumo) seremos as pessoas mais infelizes do mundo e, naturalmente os nossos filhos também o serão. No limite a relação entre os pais e os filhos a partir de alguma idade, poderia circunscrever-se ao multibanco.

Relação dialógica, vinculação, afiliação?! O que é isso?!

Mas será que de facto é assim? Será que não se poderá inserir este comportamento num processo de vinculação? Se sim, que "tipo" de vinculação? Uma vinculação de partilha de afectos e segurança? Ou uma vinculação de dependência?

A nossa sociedade que teve uma evolução, (?) nos últimos trinta anos, que corresponde de facto a um SALTO social, económico e cultural que, por vezes, e em largos estratos sociais (a grande maioria?) poderá corresponder muito mais a *pulos* do que uma verdadeira evolução geracional progressiva e natural.

Assim, e no limite, poderemos dizer que no espaço de uma geração passámos do "carro de bois" para o "Mercedes". Mas o facto é que passámos de uma população maioritariamente agrícola, para uma sociedade de serviços, sem sequer passar pela revolução industrial que, até historicamente, já tínhamos deixado passar.

Este "salto" poderá levantar muitas questões e entre elas ter-nos deixado sem grandes bases de sustentação sócio/económico/cultural e psicológicas o que pode, de alguma maneira, afectar de forma mais ou menos grave a nossa saúde mental.

Os processos de integração mental das variáveis sócio/económico/culturais e psicológica, nas sociedades modernas, também é evolutiva. Quando assim não é, pagamos sempre um preço em

saúde mental, e, por arrastamento, entramos numa espécie de "crise" de valores que por tanto se falar nela (crise) deixou de fazer muito sentido.

Daí perguntar-me se o maior processo de vinculação hoje existente na nossa Vida/sociedade não será ao multibanco. Ou seja, ao dinheiro e a tudo aquilo a que este está ligado, como o "status", o consumo, etc, etc.

E, no entanto, quase paradoxalmente, são questões emocionais a maioria das queixas nas nossas consultas. Onde se perguntam (e nos perguntam...) onde estão os outros? Lamentam a sua falta e/ou os seus defeitos.

Mas, na verdade, onde estão os outros?

Perguntarão o que tem tudo isto a ver com a psicologia e, sobretudo, com a psicologia clínica?

Um dos aspectos que mais me preocupa na evolução da Psicologia no nosso País é que de alguma maneira se dissocie a clínica do social. Ou se quisermos do histórico social. Cada indivíduo, cada sociedade tem a sua história e esta condiciona-nos. Nós não “funcionamos” como os Suecos, da mesma maneira que não “funcionamos” como os Guineenses e não há aqui qualquer juízo de valor, isso acontece exactamente pelos factores sócio-históricos que cada um destes povos teve, o que, naturalmente, cria a sua própria idiosincrasia.

Penso, sinceramente, que a evolução da psicologia clínica depende da evolução das ciências neurológicas, por um lado e, por outro, da evolução das ciências sociais. A não estarmos atentos a este desenvolvimento pagaremos um elevado preço em termos de qualidade de intervenção clínica que não cabem no âmbito deste trabalho. Mas não deixo de lembrar que por vezes (ou quase sempre) aquilo que define o patológico do não patológico (o dito normal) é a "norma" social. Por mais que isso nos custe... Ora se o clínico está "fechado" no seu consultório (mundo) em que é que se diferencia dos outros cidadãos?

Ou será por acaso que hoje se pergunta com (demasiada) frequência:

-Achas normal?...

Passada esta breve introdução entremos na nossa reflexão propriamente dita.

“Rutter (1995) apoiado em autores como Maccoby e Masters (1970) Srouge, Fox e Pancake (1983) e tendo como base as reflexões de John Bowlby, referiu que na relação de vinculação, a ênfase é colocada na promoção de segurança que permite encorajar a independência. Sublinha-se que a vinculação não é uma forma imatura de dependência, a ultrapassar, mas uma plataforma que permite o funcionamento autónomo”. Canavarro (1999)

Temos assim que para estes autores o conceito de vinculação está associada a que esta vinculação seja a base de um percurso autónomo. Porque a não ser assim, podemos estar de facto num processo de imaturidade emocional o que condicionará a nossa história de vida. Aliás, no seu livro «Una base segura», (2001) Bowlby diz: "... a provisão por ambos os progenitores de uma base segura a partir da qual uma criança ou um adolescente pode fazer saídas pelo mundo exterior e pode regressar sabendo concerteza que será recebido, alimentado física e emocionalmente, reconfortado e será apoiado e tranquilizado se estiver assustado. Essencialmente isto consiste em ser acessível, estar preparado para responder quando se pede alimento, e talvez ajudar, mas intervir activamente só quando é evidentemente necessário." (pp.24) (sublinhado meu)

“Segundo Ainswort e seus colaboradores uma das funções e critérios com que se avalia a vinculação à mãe é a capacidade da criança usá-la como uma base segura a partir do qual explora o mundo” (Andersen, 1996)

Torna-se assim necessário distinguir vinculação de comportamento de vinculação. A distinção entre as duas situações foi feita, de forma clara, por Wet e Sheldon-Keller (1994), ao referirem que a primeira é uma construção organizacional, isto é, um sistema; enquanto que a segunda se refere a todos os comportamentos utilizados com o objectivo de manter o sistema de vinculação. (Canavarro, 1999)

Assim, temos que a vinculação, estando fortemente ligada a uma grande aproximação de um outro, normalmente o cuidador ou o cuidado, pode ser transformado, se não tiver conta peso e medida, numa vinculação ansiosa ou a uma ligação imatura de dependência. Mas o facto é que vamos vendo hoje em dia um processo vinculativo que se por um lado reivindica uma grande autonomia (analisemos quanto tão cedo as crianças começam a sair à noite) por outro chamam os cuidadores em seu auxílio por situações de "lana-caprina".

Recorramos mais uma vez a Maria Cristina Canavarro e ao seu livro, *Relações Afectivas e Saúde Mental*, (1999) no seu levantamento exaustivo de estudos e meta análises de estudos desenvolvidos por diversos investigadores, constatou que, a grande maioria daqueles estudos associavam a saúde mental a muito mimo e não sobreprotecção e o contrário evidentemente a duas situações: muito mimo e sobreprotecção ou ausência de mimo mas muita sobreprotecção.

Não deixa de ser curioso, mas também é visível a substituição do carinho pela sobreprotecção, que vamos encontrando muito nos nossos consultórios quando os cuidadores nos perguntam:

- Onde falhei senhor Dr.? Eu... dei-lhe tudo!...

De facto, é bom termos consciência de que o "dar tudo" situa muitas vezes a OBRIGAÇÃO de prover tudo, em termos de bens materiais, aos nossos filhos. E então perguntamo-nos porque é que o nosso filho tem problemas. Esquecendo, que a "falha", existindo ela, será na relação dialógica, no estar lá de forma contingente, no tal carinho ou se me permitem no dar amor. Esta palavra tão usada mas tão difícil de definir como conceito...O amor, que na minha opinião, deve estar ligado à liberdade que propícia o crescimento humano, através dos sucessos e dos insucessos, sabendo viver cada um dos casos como "coisa" sua e não associado (como culpa) a alguém.

Daí a minha procura da **AFILIAÇÃO** de algum modo como suporte afectivo e talvez relacional, que nós, seres humanos, procuramos.

Nesta procura de respostas mais ou menos persistentes daquilo que de alguma maneira pode dar ao ser humano um bem-estar psicológico, deparei-me com a seguinte questão:

O humano muda com maior ou menor dificuldade de tudo: de mulher/marido, de partido político, de cidade ou de País, de profissão, enfim de vida no sentido geral do termo... mas não muda de clube desportivo.

Porque será?

A verdade é que não há muita informação sobre esta questão da afiliação voltemos por isso ao quadro da tipologia de aprovisionamento social que diz:

Afiliação."A base deste padrão é o reconhecimento de interesses e situações partilhados. Desta partilha podem desenvolver-se sentimentos de afeição, respeito e lealdade".
(Sublinhado meu)

O reconhecimento de interesses e situações *partilhados*. Não parece haver nesta relação qualquer dependência social, económica ou outra, nem qualquer relação de poder e, por isso, pode desenvolver-se os sentimentos de afeição, e é bom não esquecer que "o elemento afecto inclui as dimensões de ligação, admiração, respeito ou amor" Kahn e Antonucci, 1980 (in Canavarro 1999 p27). Permitam-me salientar aqui aquele outro sentimento que também "todos" nós procuramos, o sentimento da amizade. É talvez por isso que com demasiada facilidade (?) usamos a palavra amigo para falar de alguém que conhecemos, melhor ou pior, e que os políticos utilizam na suas cartas quando se dirigem aos seus concidadãos.

E, no entanto, tendo tanto à nossa disposição e podendo dar tanto aos nossos filhos, parece-me que percorremos, cada vez mais, neste tempo de corridas desenfreadas, (corridas que não sabemos bem para onde, porquê e para quê) um percurso de solidão.

OS HUMANOS procuram cada vez mais um amigo. Alguém que possa ter “interesses e situações partilhadas” com quem se possa chorar e gritar, dizer hoje uma coisa e amanhã o seu contrário, sem ser “acusado” disto ou daquilo. Que seja “só” compreendido e que também possa compreender o outro numa partilha de agora eu e depois tu...

Fácil? Difícil, muito difícil...

No processo de afiliação, na minha opinião, funcionam processos afectivos muitas vezes “não conscientes” – Porque será que alguém gosta do Benfica e não de outro clube? – De facto, embora este gosto possa estar muitas vezes associado às vitórias que vão influenciando as escolhas, sobretudo quando se é pequeno, a questão é: porque não se muda quando se cresce, e até já nem há vitórias e não se é um “amante” muito particular do desporto?

A questão é complexa porque, naturalmente, envolve muitas variáveis que eu não estou a analisar e que não estão no âmbito deste trabalho, que pretende, tão só, reflectir sobre questões que estão muitas vezes no âmago de algum sofrimento psicológico e que tem a ver com aspectos sociais que muitas vezes (demasiadas?) subestimamos.

Mas não podemos deixar de reflectir sobre esta questão quando verificamos que alunos de determinadas Escolas que passam anos e anos juntos nas mesmas turmas, ou de Faculdades, e depois não se falam quando se cruzam na rua, ou pior ainda: nem se lembram do nome, nem das caras da maioria daqueles que foram seus colegas.

Porque será que isto acontece?

Será que estamos em termos de afiliação piores do que antes do 25 de Abril em que tínhamos uma escola autoritária e, no entanto, se estabeleceram relações tão gratificantes (afiliares) que se vai organizando anualmente os encontros dos antigos alunos do Liceu tal e tal?

Isto já para não falar dos imensos encontros anuais dos antigos combatentes da guerra do ultramar, mas aqui há uma componente perfeitamente compreensiva que junta, quanto a mim, claramente a vinculação com a afiliação. Vinculação e afiliação esta que não quero reflectir neste trabalho pela suas características muito próprias e que por isso não cabem no âmbito desta reflexão.

Na verdade, e voltando à vinculação John Bowlby diz: «Porque permanecer muito próximo e comunicarmos com alguém que provavelmente nos protegerá é a melhor política de seguros.» (2001, pp98) sublinhado meu

E é isso que de facto vai sucedendo nas nossas famílias, o seguro, o multibanco. Muitas vezes a vinculação está ligada por um lado, ao comodismo que leva à demissão crescente da educação dos filhos, com regras e limites, e então é mais fácil dizer SIM e darmos tudo, o que leva ao facilitismo de ter tudo com todas as facilidades. É por isso que se dá um automóvel ao filho aos dezoito anos, porque o filho pediu, com imensas justificações (defesas) a apoiarem-no: a distância da escola/universidade, o tempo que se ganha, os outros que já têm, o facto de se ter dezoito anos e legalmente já ser maior, etc. etc., mas depois, quando se fura um pneu, ou outro qualquer problema, telefona-se para o Pai para o ir mudar ou resolver o problema.

E, **fantástico**, ele vai!

Vinculação? Tenho as minhas dúvidas. Seguro sim, mas saudável? E o processo de autonomia e o respeito pelo espaço e vida dos cuidadores? Darão estes filhos o direito a que os seus cuidadores vivam para eles próprios, com aquilo que ganharam e/ou conquistaram ao longo dos anos, ou o único direito que estes cuidadores têm é de “viver” para os filhos, ou seja, manter a conta do multibanco sempre com dinheiro? E, ainda, estarem sempre disponíveis para os seus filhos?

Eles até não pediram para nascer...

E quererão os cuidadores, também eles, um espaço de autonomia? Ou por já não saberem viver (no sentido de ter vida própria) “vivem” vivendo a vida dos seus filhos?

Criamos mesmo um mundo ao contrário?

A verdade é que me custa a crer que neste processo relacional exista espaço para a afiliação. Isto é: uma ligação afectiva que não dependa do cartão multibanco.

É que a transição entre vinculação e relação de poder/dependência é uma linha muito ténue e passa por aquilo que foi referenciado anteriormente por Bowlby “...e **talvez ajudar, mas intervir activamente só QUANDO é efectivamente necessário.**” (2001,pp24) sublinhado nosso

Já em 1989 Natália Correia numa entrevista ao semanário o independente dizia: «Acho é que o casamento enquanto base da família não faz sentido, porque a família é uma aldrabice. As pessoas abandonam os velhos e atiram as crianças para as creches. Os pólos da juventude e da velhice, que eram a razão de ser e a força de renovação da família desapareceram. Se formos para uma sociedade com novas referências sociais e culturais, então este tipo de família também já não serve.»

Será? É que de 1989 até hoje a sociedade avançou. Em que sentido?

A resposta a esta interrogação é o desafio que vos deixo.

BIBLIOGRAFIA

Andersen, Maria de Fátima Coelho do Amaral, (1996) “Do silêncio de Deus à mãe medusada”, Edições Colibri, Lisboa

Bowlby, John, (1989) “Una Base Segura – Aplicaciones clínicas de una teoría del apego-“, Paidós, Espanha

Canavarro, Maria Cristina de Sousa, (1999) “Relações Afetivas e Saúde Mental”, Quarteto, Coimbra.